

#### MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

#### CÂMARA MUNICIPAL

**N.º 20**

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA

**EM 10 DE SETEMBRODE 2019**

**ÍNDICE**

[ORDEM DO DIA](#_Toc19632552)

[Ponto único – AIA N.º 3280 – Aeroporto do Montijo e respetivas acessibilidades – Parecer específico da Câmara Municipal de Alcochete 3](#_Toc19632553)

[ENCERRAMENTO 38](#_Toc19632554)

Aos dez dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezanove, nesta vila de Alcochete e salão Nobre dos Paços do Concelho, pelas dezassete horas e trinta minutos, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do senhor Fernando Manuel Gonçalves Pina Pinto, na qualidade de presidente da Câmara, encontrando-se presentes a senhora vereadora Maria de Fátima Maduro Gregório Soares e os senhores vereadores José Luís dos Santos Alfélua, Estêvão António das Neves Boieiro, Vasco André Marques Pinto e Pedro Miguel Abreu Louro.

Não esteve presente o senhor vereador Pedro Sérgio Martins Ferreira Lavrado, por motivo considerado justificado.

O senhor presidente declarou aberta a reunião.

## ORDEM DO DIA

### Ponto único –AIA N.º 3280 – Aeroporto do Montijo e respetivas acessibilidades – Parecer específico da Câmara Municipal de Alcochete

Pelo senhor presidente foi apresentada a seguinte proposta:

«Considerando que:

No decurso do mês de agosto do corrente ano, esta edilidade rececionou uma missiva da APA – Agência Portuguesa do Ambiente, a solicitar a emissão de parecer específico, no seguimento do processo de avaliação de impacte ambiental (AIA), referente ao projeto Aeroporto do Montijo e respetivas acessibilidades.

A solicitação de parecer específico insere-se no âmbito das competências atribuídas a esta Câmara Municipal, conforme disposto no n.º 11, do artigo14.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 152-B, de 11 de dezembro.

Consultados os documentos que se encontram disponíveis para consulta pública e após análise dos mesmos, foi elaborado o parecer em questão, o qual se encontra em anexo e se dá por integralmente reproduzido.

Termos em que, face ao supra exposto, propõe-se que o órgão colegial executivo do município delibere favoravelmente a aprovação do Parecer em anexo, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 14.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 151-B, de 31 de outubro, na redação que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 152-B, de 11 de dezembro.»

Submetida à discussão, o senhor presidente disse o seguinte:

«Reúne este executivo de forma extraordinária, nesta terça-feira, para deliberar sobre um ponto único, que tem a ver com a Avaliação de Impacte Ambiental n.º 3280, relativa ao aeroporto do Montijo e respetivas acessibilidades. O que aqui vamos discutir e votar, tem a ver com um parecer específico da Câmara Municipal de Alcochete sobre estas matérias e considerando o facto de ser necessário remeter este parecer para a entidade solicitante, dentro dos prazos definidos. Não havia tempo para aguardar pela reunião ordinária da Câmara, daí, se ter marcado esta reunião extraordinária, com um ponto único na Ordem do Dia, acima mencionado. As reuniões extraordinárias (para quem nos dá o grato prazer de assistir), convém explicar, ao contrário daquilo que acontece com as reuniões ordinárias, não têm período de Antes da Ordem do Dia nem participação do público. De acordo com o Regimento da Câmara Municipal de Alcochete, é exclusivamente, da responsabilidade do executivo que discutirá e votará a presente proposta

Fez uma nota prévia, antes de do início da discussão deste tema, dando conta, que já decorria o mês de agosto (em fase muito adiantada), quando a câmara recebeu por parte da Agência Portuguesa do Ambiente, uma carta, a solicitar que esta elaborasse um parecer específico, relativamente a esta matéria.

Este parecer, requer aprovação da Câmara Municipal, a exemplo daquilo que aconteceu com outros municípios (eventualmente, sujeito a ratificação da decisão), porque enquanto presidente da Câmara Municipal, podia ter emitido o parecer e depois proceder à ratificação do ato. Contudo, entende que se trata de um projeto, de grande discussão e que democraticamente, deve ser discutido em sede própria, analisando os prós e os contras. Não se pretende discutir se o projeto é bom ou mau, mas sim votar um parecer, que do ponto de vista legal, a câmara é obrigada a emitir. O parecer foi elaborado com a Divisão de Administração do Território, que é a área que ao nível do Organograma tem a valência e *know-how,* para colaborar nesta matéria e daí o engenheiro Vítor Carvalheira (Chefe de Divisão da DAT) estar presente para possíveis esclarecimentos.

Quando tomaram posse, sabiam e estavam preparados para dois grandes desafios: um deles era a presente discussão e o outro a transferência de delegação de competências.

Enquanto cidadão Fernando Pinto, tem a sua opinião sobre esta matéria, como todos devem calcular, acrescentando “ a minha opinião pessoal sobre a questão do aeroporto, enfim, vale o que vale”, portanto concordar ou não concordar (e estou a ser simpático comigo próprio), é exatamente a mesma coisa. Porém, há algo que o transcende e que considera mais importante do que a sua mera opinião pessoal: “eu neste momento, não represento 3.500 pessoas de Alcochete, eu neste momento represento 19.200 pessoas do concelho de Alcochete, que é o número total da população. Jurei a mim mesmo quando tomámos posse, seguido do juramento legal, estar aqui para zelar pelos interesses da minha gente e da minha terra (a minha terra entenda-se o concelho na sua generalidade). Estamos a aqui para defender os interesses da nossa gente e da nossa terra e isso é inquestionável.

Entende que, naturalmente, ninguém quer ter sobre a sua cabeça um aeroporto, todos desejariam outras coisas, como por exemplo, que aqui perto do concelho se fizesse antes, a construção de uma cidade aeroportuária.

Esta matéria, este projeto, enfim, que já foi demasiadamente (mas nunca o suficiente) debatido, tem a ver com a emissão de um parecer específico, no seguimento do processo de Avaliação de Impacte Ambiental que entretanto foi feito relativamente ao projeto do aeroporto do Montijo e respetivas acessibilidades.

Tomámos posse no dia 23 de outubro de 2017, e iniciámos funções a 24 de outubro de 2017 e lembro-me, tão bem, quanto hoje, que cerca de um mês e meio, dois meses, já eu estava a ser envolvido em discussões, nomeadamente com o Eng.º Vítor Carvalheira, que na altura assumiu de forma temporária a chefia de divisão. Discutimos, juntamente com a ANA e com outros organismos a questão das acessibilidades, na eventualidade do aeroporto ser implementado na Base Área n.º 6, sendo assim, um tema que foi praticamente obrigado a discutir após os dois primeiros meses (a questão das acessibilidades), porque estas matérias são discutidas com muito tempo de antecedência.

Mas, até à data de hoje, nem sequer há uma decisão efetiva. Há um compromisso por parte do senhor Primeiro-Ministro em relação a esta matéria, mas dependente, naturalmente, do Estudo de Impacte Ambiental, que está em fase de Consulta Pública até meados do mês de setembro. E foi precisamente com base nos documentos que se encontram em Consulta Pública e após análise dos mesmos, que este executivo, juntamente com a sua respetiva área técnica, elaborou o parecer que foi enviado a todos e do qual não abdica. Mas, quiseram ir mais longe e recordar o trabalho que foi feito de forma prévia, que assentava no caderno de encargos que outrora, tiveram o cuidado de enviar para o senhor Ministro das Infraestruturas e do Planeamento e depois numa fase posterior, com o contributo de todos os partidos aqui representados, ao senhor Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações, o qual convocou a câmara para se falar sobre estas matérias e em particular sobre o respetivo caderno de encargos.

Esclareceu que de todos os municípios que estão contíguos a este projeto, o município de Alcochete (e isso consta na Avaliação de Impacte Ambiental), é aquele que reflete menor incidência direta no que diz respeito aos impactos que o aeroporto possa de facto trazer. No entanto, os impactos indiretos são relevantes e significativos, nomeadamente, por via das acessibilidades e nos aglomerados do concelho, nomeadamente, em Alcochete, S. Francisco e no Samouco. Entendendo-se que estes pressupostos (apresentados no âmbito das acessibilidades) resolverá, aquilo que são no fundo, as preocupações do executivo nesta matéria. Mas há outras, de que dará conhecimento mais à frente após a intervenção do Eng.º Vitor Carvalheira, no âmbito daquilo que tem sido um trabalho que já dura praticamente há um ano e meio e que tem a ver com a matéria das acessibilidades.

O parecer também é específico relativamente a isto, pese embora, reiterasse, tivessem sido adicionados a este parecer outros pressupostos que entenderam serem relevantes para solicitar aqui, uma votação favorável ao respetivo parecer, que é apresentado como parecer favorável condicionado.

O Eng.º Vítor Carvalheira referiu:

“O que nos é pedido pela APA é um parecer específico que está definido na legislação que rege os processos de avaliação de impacte ambiental. Esse parecer específico é, como o nome indica, um parecer em que a Câmara Municipal, se pronuncia, apenas, no âmbito das suas competências. Não nos é dada a oportunidade de avaliar a localização do aeroporto. Como é sabido, pessoalmente, preferia que se localizasse no Campo de Tiro de Alcochete. Os presentes, provavelmente, também preferiam, mas esse não é o objetivo deste parecer.

Tentando ser sintético: objetivamente, o projeto em questão tem reduzida incidência direta no município de Alcochete, uma vez que só as vias de acesso ao aeroporto se localizam, parcialmente, no município. No entanto, ele tem uma incidência indireta muito importante, nomeadamente, nos aglomerados urbanos de Samouco, S. Francisco e Alcochete, o que justifica ter alguns cuidados e alertar para o que, quanto a nós, são alguns erros e omissões, quer do projeto, quer da apreciação feita no âmbito da avaliação de impacte ambiental. Depois, cabe-nos propor algumas medidas de retificação.

O Estudo de Impacte Ambiental, a certa altura, afirma objetivamente (e no fundo procura fazer passar a ideia) que as áreas urbanas que já estão definidas nos planos são suficientes para fazer face ao impacte do acréscimo de procura, nomeadamente, de habitação e de áreas de atividades económicas. Do nosso ponto de vista, é uma análise simplista, porque no âmbito da revisão dos planos (que está em curso) essas áreas vão ser reduzidas, já que o regime atual obriga a eliminar uma boa parte daquilo que está classificado como áreas urbanizáveis e, em resultado, a área urbana resultante é menor. Mas, mais importante que isso, é que o estudo não valoriza o efeito de aceleração que o projeto vai gerar, ou seja, se houver um acréscimo de população mais acelerado do que seria o normal, é preciso que o município invista mais e num prazo mais curto, em infraestruturas, em equipamentos e em serviços, dado o esgotamento prematuro da sua capacidade.

Diz-se que a pressão urbanística vai sentir-se essencialmente nas áreas da habitação e das atividades económicas. Poderemos acrescentar a atividade turística na qual poderá haver também um efeito significativo.

Esse crescimento vai também implicar uma pressão com reflexo significativo nas condições de mobilidade e de acessibilidade atuais, que são relativamente débeis. As vias que existem são “razoáveis” para a situação existente, mas não serão seguramente suficientes para o que vai resultar da pressão gerada pelo aeroporto. Impõe-se, um projeto que inclua, desde já, soluções adequadas de acessibilidade e de mobilidade para a área envolvente e, particularmente, para o município de Alcochete.

Independentemente, e sem prejuízo, de outras vias que devem ser requalificadas ou construídas e que a Câmara Municipal incluiu no seu caderno de encargos, como a conclusão de Variante Urbana, a requalificação da Estrada Real CM1004), ou a requalificação da Estrada Municipal 501 (entre Alcochete e Samouco), o que de seguida apontaremos está relacionado exclusivamente com o projeto em apreciação.

1. Verificamos que o projeto excluiu a execução de uma via exterior ao perímetro urbano da Vila do Samouco, embora esta constasse do estudo prévio, numa fase anterior. Em alternativa, o atual estudo prevê a ligação de um dos principais acessos ao aeroporto (rotunda R2) à rua Ruy de Sousa Vinagre que, obviamente, não tem características minimamente adequadas a um acesso ao aeroporto. Nem para os utentes da própria Vila do Samouco, quanto mais para aqueles que viriam de Alcochete e que teriam que atravessar o Samouco para aceder ao Aeroporto. Portanto, não se considera aceitável que essa via (exterior ao perímetro urbano do Samouco) não faça parte, desde logo, do próprio projeto;

2- Não sabemos, ainda, se vai ser aprovada a “solução base” ou a “solução alternativa”, embora deva dizer-se que o Estudo de Impacte Ambiental aponta claramente para a solução alternativa, porque é a mais económica e a que tem menos impacte. Relativamente à “Solução Base”, embora seja a menos provável, devemos referir que há uma via (que é um caminho de terra batida) no limite entre Montijo e Alcochete, junto à A12 e à “Central Elétrica”, que dá acesso a vários caminhos públicos (nomeadamente ao que acede à “Pacheca” e a outro que liga à urbanização da Quinta do Duque) e que há um ramo de acesso à autoestrada que está projetado exatamente sobre essa via. Ao contrário do que acontece noutras áreas, não está previsto o seu restabelecimento e, naturalmente, há gente que ficará sem acesso se ele não for feito;

3- Há uma situação, um pouco complexa, que tem a ver com um restabelecimento que está previsto entre o Samouco e a “Área de Serviço” (restabelecimento 3). Existe um caminho público (que começa junto ao Porto Velho e contorna referida área de serviço) com uma via transversal que é, na realidade, uma serventia privada e atravessa terrenos privados. O restabelecimento previsto no projeto liga esse caminho privado à “Estrada Real” (CM1004), o que é problemático porque, por um lado, incide em terrenos privados e, por outro, passará a proporcionar um atravessamento de tráfego mais intenso numa parcela do território que está em Reserva Agrícola Nacional, pondo em causa a preservação daqueles solos e criando expectativas de construção;

4- O projeto não promove a articulação da ciclovia prevista para a ligação do Aeroporto ao Cais do Seixalinho com a ciclovia prevista (incluída no caderno de encargos da CMA) entre Alcochete e o Samouco e entre o Samouco e o Cais do Seixalinho. Parece que os autores do projeto (estudo prévio) só se preocuparam em ligar o Aeroporto ao Cais do Seixalinho (aliás é curioso, imaginar os turistas a chegar, a agarrar numa bicicleta com as malas às costas e a ir até ao Cais do Seixalinho). No entanto, essa ligação será importante para trabalhadores do aeroporto, ou utentes dos barcos, que possam usar a bicicleta na sua deslocação casa-emprego, residindo no Montijo, no Samouco ou até em Alcochete;

5- Outra crítica que podemos fazer ao projeto é a de não ser prevista, de forma clara, uma articulação da ligação em transporte público do Aeroporto ao Cais do Seixalinho com os transportes públicos já existentes, quer com a rede do Montijo, quer com a rede de Alcochete. Há umas referências vagas ao futuro, mas deveria existir desde já, no próprio projeto, uma definição clara do que deve ser feito.

Verificadas, quanto a nós, estas omissões e, em alguns casos, incorreções do projeto, propõem-se, de seguida, soluções para cada uma das questões apresentadas, a incluir e a realizar no âmbito do projeto e da obra:

1. O projeto deve incluir a construção de uma via externa ao perímetro urbano da Vila do Samouco, como previsto no estudo prévio anterior, de forma a evitar o inaceitável atravessamento do espaço consolidado da vila por veículos com origem ou destino no aeroporto com todos os efeitos negativos que daí resultariam para a qualidade de vida dos residentes, nomeadamente, em termos de ruído, qualidade do ar e segurança rodoviária. Esta via deve ter origem na EM 501, no restabelecimento 2, e terminar na rotunda R1 (rotunda de acesso ao aeroporto). A sua inserção no restabelecimento 2, tal como previsto no estudo prévio anterior, deve ser feita através de uma passagem superior, de forma a não constituir fator de congestionamento no acesso ao Aeroporto;

2- Caso seja aprovada a “Solução Base”, o projeto deve incluir a construção do restabelecimento da via pública que será eliminada com a construção do ramo A do nó com a A12. A interseção entre o referido restabelecimento, o CM1004 e a  
ex-EN 119, deverá ser resolvida com a construção de uma rotunda que substituirá o entroncamento previsto;

1. Deve ser reformulado o traçado do restabelecimento 3 (junto ao Samouco) e eventualmente eliminada a PS3. Deverá ser estudado um restabelecimento que evite a passagem superior. No território de Alcochete, o caminho existente não é um caminho público, mas sim uma serventia constituída sobre terrenos privados e sem continuidade. Uma eventual ligação ao CM1004, já no município do Montijo, proporcionaria o atravessamento de uma área agrícola, cujos terrenos estão incluídos em RAN, por tráfego rodoviário, pondo em risco a sua integridade;

4- Deve ser incluído no projeto da rede local a restabelecer, a construção, complementando o restabelecimento 2 e a via externa ao perímetro urbano do Samouco, de uma ciclovia que se articule com a prevista para a ligação do Aeroporto ao Caís do Seixalinho (na rotunda R1), que assegure a sua futura continuidade, ao longo da EM 501, até Alcochete;

5- O projeto do restabelecimento 2 (troço da EM501 junto ao Samouco) deve prever uma via reservada a transportes públicos que possa dar continuidade à via prevista pela Câmara Municipal de Alcochete ao longo da 501, que seja articulada com as ligações ao Aeroporto, ao Cais do Seixalinho e à Ponte Vasco da Gama.

Do ponto de vista das acessibilidades e do ordenamento do território, é basicamente isto o que temos a dizer”

O senhor presidente referiu:

«Agradeço a sua intervenção e não querendo ser repetitivo, recordar apenas que aquilo que se solicita é a aprovação do parecer específico no âmbito inclusivamente das próprias acessibilidades. O Eng.º Vítor Carvalheira e bem, fez aqui referências a outras questões que já estão plasmadas, no nosso caderno de encargos relativamente a esta matéria, mas que neste âmbito, dos erros e omissões que detetamos, não fazia sentido estarmos agora de forma exaustiva a dar aqui conta, até porque condicionamos, naturalmente, o nosso parecer à prossecução destes objetivos que entretanto apresentamos e a outros que eu, (até porque o público não tem oportunidade de ler o que eu tenho) e também porque é muito resumido, dar conta que estão previstas algumas alterações na rede de abastecimento de água para consumo humano, verificando-se a necessidade de selar as captações existentes na freguesia do Samouco, município de Alcochete. Esta obrigatoriedade resulta da interdição da atividade de transporte de combustíveis nas áreas que constituem os perímetros de proteção destas captações de água para consumo humano. O sistema de abastecimento ao Samouco é constituído por duas captações e um reservatório elevado, as captações CBR2 e FR2 estão em serviço desde 2002 e 2010, respetivamente. Não apresentam quaisquer níveis de contaminação ou deterioração da qualidade da água para consumo, não se prevendo nos próximos anos a sua desativação ou a substituição, contudo, ao prever-se a selagem destas captações, a origem da água para consumo humano à povoação do Samouco terá que ser, naturalmente, objeto de um estudo hidráulico.

Referir que todas as obras necessárias deverão ser executadas, antes da selagem das duas captações existentes, não sendo possível sequer, desativar de forma faseada. Assim, de modo a ultrapassar este constrangimento e ser garantido o abastecimento de água às populações, será previsto um novo polo de captação e ligação ao reservatório do Samouco, com a construção de duas captações em locais a definir, de modo a que os perímetros de proteção não conflituem com a estrutura existente e aquela a construir (construção de duas células apoiadas para constituírem reserva à população do Samouco).

No âmbito dos reforços dos meios de saúde, considerando o normal crescimento da população e tendo em conta que a unidade hospitalar mais próxima se situa no Barreiro, entende-se que devem ser reforçados, quer no capítulo técnico, quer no capítulo dos recursos humanos, os centros de saúde de Samouco e Alcochete, pelo mesmo motivo. Entende-se também ser necessário proceder à reativação de todas as valências retiradas do hospital do Montijo com o respetivo reforço das equipas médicas e de enfermagem. Considera-se também relevante, importante, a construção de um novo Centro Hospitalar Alcochete/Montijo.

Reforço dos meios de segurança, nomeadamente no âmbito da Guarda Nacional Republicana, tendo em conta o crescimento normal da população, quer da população residente, quer da população passante, (população que apenas está em trânsito pelo concelho) de forma a garantir, naturalmente, a segurança de pessoas e bens. Também deve ser reforçado, quer no capítulo técnico, quer no de recursos humanos, o posto da Guarda Nacional Republicana de Alcochete.

O mesmo se aplica na ótica do executivo, à Corporação dos Bombeiros Voluntários de Alcochete, independentemente de poder haver uma equipa privativa de combate a incêndios na própria solução aeroportuária. Entendem ainda assim, que a corporação de bombeiros deve ser reforçada de maior capacidade, de meios físicos e humanos, para uma resposta eficaz a um previsível aumento de tráfego e de população.

No âmbito da educação, nomeadamente no que diz respeito à requalificação e construção do parque escolar, entende-se, que existe a necessidade de proporcionar uma resposta educativa altamente qualificada a todas as crianças e jovens. É de fundamental importância e necessidade a construção de um novo Centro Escolar, que albergue crianças desde o jardim-de-infância até ao ensino secundário.

No âmbito da mobilidade, dos transportes, naturalmente, que havendo aqui uma nova realidade em termos de população, será prioritário reforçar os meios de transportes terrestes e quiçá (até porque tem sido um tema bastante badalado e tem sido uma alternativa apresentada com muita assertividade), recuperar aqui o transporte fluvial que ligue Alcochete a Lisboa.

No fundo e após a análise efetuada, considera-se, e esta é naturalmente a proposta, que o projeto do Aeroporto do Montijo e respetivos acessos, se apresenta na generalidade adequado, salvaguardando, que devem ser assegurados os pressupostos que foram entretanto referidos, bem como, todos aqueles inerentes quer à segurança aeronáutica, quer ao Estudo de Impacte Ambiental em apreço, com especial atenção nas questões relativas às rotas migratórias das aves. Todavia, em fase das incorreções e omissões que foram identificados e sem prejuízo da exigência das medidas de compensação que já teve oportunidade de referir (mais que uma vez), que houve o cuidado de enviar já o caderno de encargos, quer para o Ministério que na altura tutelava este assunto, o Ministério das Infraestruturas e do Planeamento, assim como, junto do Secretário de Estado Adjunto e das Comunicações. Não obstante esse caderno de encargos, entendem que deve ser emitido parecer favorável condicional à introdução das correções, relativas às questões que foram entretanto, aqui referenciadas.

- O senhor vereador Pedro Louro referiu:

“Assisti a uma sessão de esclarecimento na semana passada, porém, fiquei com mais dúvidas. Também não é aqui o fórum e (não é importante também a nossa opinião, tal e qual como o senhor presidente disse), nem somos perdidos nem achados, na decisão do aeroporto ser feito na Base Área n.º 6. Cada um aqui presente terá as suas opiniões, mas como o senhor presidente disse, ele é presidente da câmara de Alcochete, eu sou vereador da câmara de Alcochete, (também não tenho nenhuma propriedade no concelho de Alcochete), portanto não tenho qualquer interesse económico em terrenos.

O que a Câmara já colocou neste estudo (e que se revela que são importantes esses pontos), são lacunas que estão aqui apresentadas, uma das quais a lotação das escolas em Alcochete sejam elas de 1.º ciclo, que chegam perfeitamente, (mas estamos no limite da escola 2+3 e da secundária. Sabemos que estas estão com excesso, já de cerca de 15 turmas em cada uma delas; são para 30 turmas, mas andam todas com 40 e poucos, (se não lhe trai a memória), portanto, todas elas estão esgotadíssimas. O acréscimo populacional que irá existir, ainda mais vai condicionar que para aqui, possam vir residir os trabalhadores que vão estar no aeroporto, que irão ter cá os filhos, que estudarão, tornando-se por isso necessário acolher essas pessoas. Ciente está também, de que sobrará para os municípios o investimento nas infraestruturas que entretanto não tenham sido criadas, tendo em atenção o que ouviu no Fórum: “tudo aquilo que não ficar escrito agora e tudo aquilo que não ficar reivindicado agora não se vai fazer”.

Como exemplo, elencou duas situações:

A Estrada Real, (já aqui foi dito),é impensável que não seja requalificada, porque não está a ver como é que vai colocar aqui o aeroporto e não haver aquela saída. Como sabem, vivi dezasseis anos na Atalaia e o meu acesso a Lisboa (que o faço diariamente e mais do que uma vez), é pelo acesso até à Estrada Real e a seguir até à rotunda da *Repsol*; e, nos três meses que viveu no Montijo, também assim o fazia. Nunca utilizava as Portas da Cidade e portanto, é uma estrada que, se já hoje tem um movimento enorme, ainda mais movimento irá ter.

A situação de que ouvi falar, relativamente ao acesso da saída da Vasco da Gama em direção ao Montijo, que está estrangulado, porque o Montijo, ao criar ali as Portas da Cidade, também estrangulou. Entende que são desculpas, porque ela está estrangulada desde a rotunda da *Galp*, por má construção. Na sua opinião, faz sentido, por exemplo, em Alcochete a saída já devia ser do lado contrário. Vão todos pela A33. Portanto está é errado pensar que é o aeroporto que agora vai criar ali mais estrangulamentos.

Ao nível de transporte de combustível, na sua opinião, é impensável que cinquenta camiões passem a atravessar a ponte Vasco da Gama; são 50 bombas, todos os dias a vir entregar combustíveis, o chamado J1 no aeroporto da Base Aérea que passará sob território de Alcochete. Também considera impensável não ser criado um oleoduto: “ senhor presidente peço desculpa, eu, para votar favoravelmente esse documento, tem que se colocar aqui a situação do oleoduto”.

Antes de tudo isto, entendia que quase havia uma divisão de combustíveis norte/sul e que os combustíveis do sul abasteciam realmente para o sul, por Sines. Mas não. Os nossos combustíveis atravessam de um lado para o outro, apesar de haver um parque de combustíveis no Barreiro, (que não tem combustível para as aeronaves como é lógico, também não tínhamos aqui nenhum aeroporto, não fazia sentido isso existir).

O oleoduto que vem de Sines até Aveiras passa na zona de Coina e portanto facilmente, (não digo bem facilmente), mas é exequível fazer-se uma puxada, seja ela até ao Barreiro, e depois ser abastecido do Barreiro, ou seja, abastecer o Barreiro como é agora, por navio com um depósito J1 ou realmente fazer um canal direto. Acho que é impensável termos cinquenta camiões a passar aqui nos mínimos e de poder vir a crescer.

“Considero, que o isolamento acústico das casas, (ainda à pouco quando vinha para esta reunião de Câmara), olhando da Vasco da Gama, observei onde fica o aeroporto e onde está Alcochete, e é claro, que tem um impacto grande sob o Samouco. É o que está mais perto. Sobre Alcochete não parece que haja impacto. É o mesmo que olhar do lado contrário e ver onde está o aeroporto da Portela em relação ao resto de Lisboa. Não lhe parece que hajam aqui grandes impactos, mas também se deve definir muito claramente (e desde a primeira hora e o debate que tivemos no Fórum não esclareceu nada). Iremos ver (quando tiver a decorrer, consoante as pessoas se vão queixando) se será feito o isolamento nas casas. Não lhe parece que qualquer casa no Samouco esteja preparada e não fala da Moita e da Baixa da Banheira, porque não é vereador destas localidades.

A ligação que lhe parece, quando falamos (e ainda agora ouvimos dos impactos ambientais que uma infraestrutura destas vai ter no concelho, seja Montijo, seja Alcochete) e que se fala até com exemplos (a nova tecnologia das novas aeronaves), o nosso crescente para veículos menos poluentes e elétricos e então não se cria uma saída de um comboio? Temos a linha que entronca com o Pinhal Novo, ainda lá está o canal, apesar de agora estar lá uma ciclovia na área de Palmela, mas existe ali um caminho. Estava a pensar num comboio como existe em Paris, aquele comboio que nem sequer é tripulado, puramente elétrico, 100% ecológico e que faz com que as pessoas saiam daqui e entronquem numa via que vai para o Algarve, porque o aeroporto não vai servir só Lisboa, também vai servir as pessoas que querem ir para Setúbal, para o Alentejo (para o litoral alentejano) e servir esse turismo.

Parece-me que esses dois pontos, para além daquilo que já está incluído no documento) ou seja, a ligação de um comboio elétrico, ecológico, com ligação entre Montijo e Barreiro, considerando até que a ponte Vasco da Gama tem todo o interesse nessa ligação para que o trânsito consiga fluir.”

O senhor presidente referiu:

“Antes de passar a palavra ao Eng.º Vítor Carvalheira que tem acompanhado estes assuntos e que poderá trazer aqui valor acrescentado a estas duas questões, nomeadamente, a questão do oleoduto e a questão da travessia férrea elétrica que o senhor vereador Pedro Louro aqui referiu, tomou notas e falarão disso posteriormente.”

O senhor vereador José Luís Alfélua referiu:

“Em relação à deliberação que se está a tomar sobre o Estudo de Impacte Ambiental e acessibilidades, sem prejuízo naturalmente de responder a isso, gostaria de ir também ao cerne da questão, que é a localização do aeroporto. Uma coisa está intrinsecamente ligada à outra, porque por muito que tente, por muito que me esforce, não consigo encontrar razões plausíveis, para que esta infraestrutura vá para a Base Área n.º 6. Razões de desenvolvimento económico, naturalmente, que com a criação deste apeadeiro na Base Aérea n.º 6, haverá algum desenvolvimento económico, porém, garantidamente que é incomensuravelmente menor se se tivesse um novo aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete. Portanto, entendo, que em relação ao desenvolvimento económico para o concelho, para a região, para o país, (todos de acordo) que o Campo de Tiro de Alcochete seria a melhor opção.

As razões financeiras apontadas para que o aeroporto não seja no Campo de Tiro de Alcochete (e na altura da crise financeira por que passamos foi alegado), uma das razões para não se construir o novo aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete devia-se às razões económicas devido à crise financeira que se estava a ter. Neste momento, já passaram três anos sobre a crise financeira, perguntou: “se havia sido tomada a decisão de construirmos o aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete com estudos feitos e aprovados, qual a razão de nessa altura não ter sido começado a construir o aeroporto no Campo de Tiro de Alcochete?”. Neste momento, o aeroporto já estaria em plena construção e garantidamente de uma forma mais célebre do que aquela opção que se vai tomar, (ou não), na Base Aérea n.º 6, porque ainda estão os estudos a decorrer e nem sequer o estudo sobre as questões da segurança estão aprovados, portanto não se sabe ainda quando é que se vai construir. A previsão é começar em 2022 (tenho muitas dúvidas) e ainda em relação às razões financeiras, até porque o aeroporto do Campo de Tiro de Alcochete pode ser construído de forma faseada e com certeza que na primeira fase, garantidamente, que não ia sair mais oneroso do que a construção do aeroporto na Base Aérea n.º 6. O aeroporto está contabilizado, mas há muitas situações que não estão contabilizadas, tais como a insonorização (se tiver que ir para a frente), dos milhares de casas na zona da Baixa da Banheira, da Moita e etc., portanto há muita coisa que não está devidamente contabilizada e portanto dizer que é por razões financeiras porque o aeroporto sai mais caro no Campo de Tiro de Alcochete do que o aeroporto na Base Aérea n.º 6, na sua opinião, é uma questão falaciosa.

Razões ambientais também, (são os estudos que o dizem) para a solução Campo de Tiro e para a solução Base Aérea, os estudos comprovam que realmente a solução ideal ou mais adequada seria a opção do Campo de Tiro de Alcochete, desde logo pela poluição sonora, pela contaminação atmosférica sobre as pessoas, portanto diversas razões.

Razões de segurança: “então vamos colocar um aeroporto ou um apeadeiro sobre a cabeça de dezenas de milhares de pessoas, num território contíguo à Base Aérea n.º 6?”.As questões de segurança são aqui salvaguardadas, em relação áquilo que era para ser construído no Campo de Tiro de Alcochete. As razões de segurança, não é por aí, para além da quantidade de aves que os estudos comprovam, que é muito mais perigoso a possibilidade de choque com aves é muito maior do que no Campo de Tiro de Alcochete, portanto, também por estas razões, não há razão nenhuma para que se opte pela Base Aérea n.º 6.

Outra questão elencada, é o tempo de deslocação que é também apontado pelos operadores turísticos e não só, ou seja, a questão do tempo de deslocação entre a solução Campo de Tiro e a capital, Lisboa, que se calhar não serão mais do que quinze minutos.

“Mas então, todos os novos aeroportos que estão a ser construídos por esta europa fora, por este mundo fora, nas periferias das cidades a 40/50 Km, esta gente está toda maluca? Somos nós que estamos certos?”. É como aquele da parada, que marchava contra, mas dizia “eu é que estou no passo certo”. Ora, conclui-se que os tempos de deslocação também não são razão.

A solução da Base Aérea n.º 6, a sua urgência na sua construção é devida ao facto de neste momento estar a afetar o turismo e a possibilidade de entrada de estrangeiros em Portugal, com todas as afetações que normalmente isso tem, porém “eu não tenho culpa nenhuma de isto ser agora urgente e se calhar nenhum de nós tem”, mas alguém teve, por não ter tomado antecipadamente a decisão do Campo de Tiro de Alcochete. Portanto, se essa decisão tivesse sido tomada atempadamente, com certeza que neste momento a questão da urgência era uma não questão.

Na sua opinião, as verdadeiras razões que levam a que o aeroporto seja na Base Aérea n.º 6,“é a subjugação dos interesses económicos ao interesse daquilo que são os interesses nacionais e das populações, porque é o interesse da subjugação aos interesses económicos de Vinci, uma multinacional e da ANA, que isso sim, e de facto é pena, que o nosso Governo em vez de defender o que são os interesses da população, o interesse do país, vá ao encontro daquilo que são os interesses dos privados com todas as consequências que isso vai ter nas gerações vindouras”.

Portanto, em relação à questão de fundo, já disse o que tinha a dizer. Quanto à questão do estudo e acessibilidades, no debate que foi feito no Fórum Cultural, no passado dia cinco, entende que foi bem evidente a dificuldade de quem estava na mesa em responder a muitas questões, respondendo de forma superficial, numa abordagem muito pela rama, porque de facto tiveram muitas dificuldades em conseguir responder. O oleoduto é um bom exemplo disso e descartaram que não tinham nada a ver com o assunto, era com as petrolíferas.

Se vai ser construída uma infraestrutura, lógico será, que deverá ser o Governo a fazer determinadas imposições. O oleoduto é uma coisa fundamental com implicações diretas no nosso território, porque obriga a selar os furos existentes e a construir novos.”

O senhor vereador Pedro Louro confirmou a necessidade de selar os furos de água, no Samouco.

O senhor vereador José Luís Alfélua continuou:

“Exatamente. É incompreensível uma decisão destas. Em relação às acessibilidades, ouviu atentamente a explicação do Eng.º Vítor Carvalheira e de facto subscreve as preocupações. Depois tem a dificuldade, que é estar aqui a aprovar uma coisa, de uma forma condicionada em relação a acessibilidades, que nada está garantido, aliás no caderno reivindicativo da Câmara em relação às acessibilidades foram colocados onze pontos e agora nesta proposta de parecer, estão apenas elencadas cinco, salvo erro. Portanto, presumo que das outras, não haja nada a dizer, mas continuam por satisfazer.

Pergunto: se está a ser deliberado um parecer condicionado, mas se porventura estas situações não forem contempladas voltam aqui para ser emitido novo parecer? Ao aceitar o parecer, vai o município arcar com as todas as despesas daquilo que não é feito e que é necessário fazer?

Tem dúvidas, perante as preocupações levantadas pelo Eng.º Vítor Carvalheira, que considera pertinentes e colocam em causa a mobilidade no território e não só, como é o novo nó de acesso que vai ser criado à Ponte Vasco da Gama, ou seja, se viermos de Lisboa somos os primeiros a sair, mas se formos para Lisboa somos os últimos a entrar, não acreditando, que de facto os últimos a entrar em horas de pontas, com todo este tráfego que vai acrescer, que não se venha a ter aqui alguma dificuldade no acesso à Ponte Vasco da Gama.

Também em relação à questão do estudo, foi levantada a questão do *habitat* das aves e da perigosidade destas para o transporte aéreo. Foi referido pela ANA que iriam ser criados novos *habitats* para fazer a deslocação das aves dos locais com mais perigosidade para outros com menos. Nas Salinas do Samouco, apenas duas entidades gerem todas as Salinas do Samouco, que são, a Fundação das Salinas do Samouco e Fundação João Gonçalves”.

A senhora vereadora Maria de Fátima Soares retificou que as salinas referidas pela ANA pertencem à Santa Casa da Misericórdia de Alcochete e situam-se a norte das salinas do Samouco.

O senhor vereador José Luís Alfélua continuando, afirmou que tem dúvidas sobre o que vai ser feito, mas acredita que criando algumas condições, (não sabe é que condições), nem sabe, em termos de expropriações como é que vai ser feito ou se vão ser adquiridos os terrenos ou se serão alugados. Ainda não há diálogo nenhum com proprietários, há apenas uma abordagem informal tanto quanto sabe, portanto, tudo isso são custos que vão acrescer e que não estão contabilizados e a deslocação de aves não é feita assim de qualquer maneira. No âmbito dessa deslocação, (dizem de um lado para o outro), acredita que, criando algumas condições se possam deslocar algumas aves, mas não se deslocam todas, logo é potencialmente mais perigoso nestes territórios do que no Campo de Tiro de Alcochete.

Portanto, para já, eram estas as questões que quis abordar em relação ao que está a ser deliberado.»

O senhor vereador Vasco Pinto referiu:

“De facto, trata-se de um tema fraturante há já alguns anos e não apenas aqui no concelho de Alcochete, mas também a nível nacional, com maior incidência aqui na Área Metropolitana de Lisboa.

E antes de proferir algumas considerações de enquadramento mais político, a nível pessoal, assumiu que preferia uma outra solução, dizendo: “Isto é uma opinião pessoal e que me vincula apenas a mim, Vasco Pinto, até porque esta é uma solução, como todos se recordam começou a ser veiculada, falada, abordada no anterior Governo e tinha obviamente como enquadramento as dificuldades financeiras que o país atravessava e que o vereador José Luís mencionou, mas enquanto cidadão preferia que fosse encontrada uma outra solução, que tivesse um maior tempo de vida, maior longevidade e que pudesse trazer ao país e também à região outra capacidade e não apenas um aeroporto complementar.

E dito isto, dizer também que obviamente tenho a consciência daquilo que está aqui em discussão e daquilo que são também as minhas responsabilidades enquanto vereador e o que são as responsabilidades do município neste assunto. Podemos todos fazer muito barulho, podemos todos fazer manifestações, boicotes, aquilo que se decidir, mas não é claramente e de forma muito fria, dizer que não é uma decisão que cabe ao município tomar. Cabe ao Governo, ao Estado e ao Poder Central tomar esta decisão. Obviamente, se a decisão tivesse nas minhas mãos ou nas mãos deste executivo, estou em crer que, se calhar, a decisão seria outra ou pelo menos, se tivesse nas minhas mãos a decisão seria outra.

Na qualidade de vereador aquilo que me cabe e aquilo que me é exigido é exigir que os efeitos negativos sejam mitigados e que possamos valorizar os efeitos positivos.

Nesse contexto e tendo em conta o parecer que está em discussão e também daquilo que foi a sessão de esclarecimento da passada quinta-feira e da análise que fiz ao Estudo de Impacte Ambiental dizer que, na minha opinião, o estudo (e sem qualquer tipo de conhecimento científico na área da avifauna), na minha opinião, o estudo sustenta-se em análises e estudos muito anteriores ao momento em que estamos hoje que, como foi provado, não dá resposta objetiva a determinadas questões, principalmente nos impactos ambientais a nível da avifauna, dos impactos para as aves. Mas isto, digo isto sem conhecimento científico como referi anteriormente e que me parece que é um estudo feito à medida de quem o encomendou. A mim, numa perspetiva macro, numa análise macro, não me satisfaz, não me satisfez o conjunto de respostas que foram dadas na sessão de esclarecimento.

Exposto isto e dito isto, corroboro da opinião do vereador Pedro Louro e do vereador José Luís de que neste parecer a questão do oleoduto deve estar explícito, porque o que aqui é dito em relação à alteração da rede de abastecimento de água para consumo humano que se verifica a necessidade de selar as captações existentes na freguesia do Samouco, que são duas captações de água e que ao se prever a selagem destas, esta povoação terá que ser objeto de um estudo hidráulico e que as obras necessárias deverão ser executadas antes da selagem destas captações. Mais adiante diz, assim de modo a ultrapassar este constrangimento e ser garantido o abastecimento de água às populações será previsto, eu questiono se é uma questão de português, este será previsto ou deverá ser previsto, porque não deve ser do município a responsabilidade do novo polo de captação e ligação ao reservatório do Samouco e a construção das duas captações, a construção de condutas elevatórias e a construção de duas células apoiadas para construir reserva à população do Samouco. Julgo que isto deve ser assegurado por quem toma uma decisão de instalar uma solução aeroportuária naquele território, no nosso território, pelo menos na Base Aérea n.º 6 do Samouco, que não é Samouco é Base Aérea n.º 6.

E neste contexto e obviamente concordando em, na defesa que é feita dos interesses da nossa população através destas revindicações que são elencadas no documento, considero que o que está em causa é no fundo nosso dever, exigir para o nosso território um conjunto de medidas que mitiguem os efeitos negativos desta instalação e mesmo considerando que a minha opinião pessoal é aquela que partilhei convosco, tenho muita dificuldade em dizer que não a este parecer, porque no fundo, este parecer o que revindica são melhores condições de segurança, melhores condições de saúde, melhores condições de educação, melhores condições de mobilidade e melhores condições de socorro.

Se a localização do novo aeroporto não está sob a minha alçada, está sob a minha decisão revindicar melhores condições para a minha população, para a população do concelho de Alcochete e é efetivamente isso que este parecer revindica. Por isso, por mais que seja contra a localização, não posso ser contra (no meu entendimento), este parecer porque revindica tudo isto que acabei de elencar. E para terminar dizer, obviamente e reforço que é importante na minha opinião. Gostaria de ouvir a opinião mais técnica do Eng.º Vítor Carvalheira como e de que forma é que nós podemos salvaguardar e defender aqui a questão do oleoduto, dada a própria importância que o próprio documento refere em relação ao abastecimento de água.”

O senhor presidente referiu:

“Não obstante o facto de todos poderem usar da palavra, gostava que o Eng.º Vítor também se pronunciasse sobre algumas dúvidas que aqui foram colocadas, mas antes e aproveitando aqui a última expressão do vereador Vasco, (que lhe parece de facto bastante pertinente) e que tem a ver com o seguinte: independentemente da opinião de cada um, quer pessoal, quer política, enfim, sobre esta matéria não se pode nem se deve (estaria a ser incorreto com a população que represento ao imiscuir-me na pronúncia daquilo para que fomos solicitados). Neste parecer só temos três soluções: ou damos parecer favorável, desfavorável ou parecer favorável condicionado.

Entende e, esta é a sua posição, quer pessoal, quer enquanto presidente da Câmara Municipal, que se deve dar parecer favorável condicionado, explicando porquê: favorável, não concorda, porque senão, não fazia sentido toda a conversa que mantiveram até aqui; desfavorável, também não fazia sentido, em função daquilo que apresentam como revindicação; parecer favorável condicionado, salvaguarda publicamente a nossa posição. Poderão perguntar vocês: então e o Governo vai cumprir com aquilo que o senhor presidente colocou no parecer? Não sei se vai cumprir ou se não vai cumprir, também não me compete policiar o governo nestas matérias, agora uma coisa garanto: Tudo farão, naturalmente, no âmbito da revindicação que é aquilo que nos é possível fazer, para que tudo o que foi colocado, não são apenas palavras decorativas, mas sim, questões que entendem pertinentes, que ficou identificado como erros e omissões (e para quem está habituado, a lidar com procedimentos concursais sabemos o quanto são importantes estas duas palavras, erros e omissões), portanto, foi apelidado como erros e omissões aquilo que é apresentado como solução.

Já se falou aqui na questão do nó de acesso à Ponte Vasco da Gama, atenção que não se está a abdicar do atual nó de acesso que se tem à Ponte Vasco da Gama, junto à rotunda do Entroncamento por via da A33, estamos sim, é a apresentar um segundo acesso. Se vocês me disserem, mas o ideal era nós termos até 4 acessos? Claro que sim, mas não é possível, temos que também ser realistas nas questões que apresentamos porque de facto era, há uma coisa aqui que é importante todos termos em consideração que é, no nosso caderno de encargos constam, estão plasmados todos os vossos contributos, os contributos do executivo, os contributos dos eleitos pela CDU, os contributos do vereador do PSD, estão os contributos de todos, porque entendemos que só assim é que faz sentido. Também entendemos que independentemente daquilo que nos separa ideologicamente, aquilo que nos une é sobejamente superior, que é defender intransigentemente, os interesses da nossa gente e da nossa terra”.

Não lhe parece ser importante definir, mas entende o transporte férreo como um transporte terreste, que ficou reforçado que está naturalmente incluído, ou o metro à superfície ou o comboio, ou o quer que seja, porque que o transporte terreste tem que ser naturalmente reforçado.

Em relação à questão do fluvial (e se todos se bem se recordam, uma das medidas que o anterior ministro Pedro Marques falava, era que, iriam aproveitar e relevar o transporte fluvial para o transporte de pessoas para Montijo, Alcochete, e para Lisboa). Neste âmbito, no município de Alcochete que é aquilo que nos importa, porque eu também tenho consciência, o vereador José Luís Alfélua, falava aqui e não deixa de ter razão, em relação aquilo que diz respeito aos municípios da Moita e do Barreiro ou seja, o município da Moita e todas as suas freguesias vão sofrer muito com isto, e enfim, não querendo ser aqui mauzinho para a Moita, mas isso é um problema da Moita, como o Montijo é um problema do Montijo. O que me interessa a mim é naturalmente Alcochete e tenho consciência daquilo que me foi dado, não sendo técnico, mas daquilo que me foi dado a ler, que de entre todos os municípios, o município de Alcochete é, eu não quero dizer que ele ficará, porque um projeto desta dimensão é um projeto com vantagens e é um projeto com desvantagens, com aspetos positivos e com aspetos negativos, sempre foi esta a minha opinião, sempre disse isto, ou seja, a questão do aeroporto é um grande investimento no país, seja uma solução aeroportuária, aquilo que seja, é um investimento grande, que não se faz todos os dias; é um investimento grande, tem coisa boas e tem coisa más e eu sempre disse e no fundo aquilo que o vereador Vasco disse, a nossa missão aqui, independentemente da nossa opinião, é potencializar, porque não nos cabe tomar esta decisão, mas sim revindicar em sede própria aquilo que temos que revindicar como até aqui o fizemos.

Aproveitando a presença do Eng.º Vítor, até porque este tem de facto neste âmbito, uma “rodagem” bastante significativa nestas matérias, nomeadamente no que diz respeito à gestão do território e em particular à questão das acessibilidades que é um dos temas dominantes deste parecer, porque tudo o resto como seja o reforço da segurança, do centro de saúde, dos bombeiros entre outras, podia não constar no parecer, mas como dizia o vereador Pedro Louro e muito bem é que o que não ficar escrito no parecer, ou que não fique escrito, digamos, passa ao lado.”

O senhor vereador Pedro Louro referiu:

«E isso foi dito pelas pessoas da ANA, peço desculpa de o interromper, foi dito naquele debate.»

O senhor presidente continuou:

«Eu não sei, eu estava de férias e só regressei esta segunda-feira, não assisti, não tive oportunidade de assistir ao debate”.

O vereador José Luís Alfélua referiu:

“ As questões de acessibilidade que estão referidas neste parecer e que não são a totalidade daquelas que foram feitas no caderno reivindicativo, entende que devia ter sido feita uma alusão a dizer que nos restantes pontos referidos das acessibilidades não há incompatibilidades da nossa parte.»

O Eng.º Vítor Carvalheira esclareceu:

“Um parecer favorável condicionado, não sendo cumpridas as condições, transforma-se, automaticamente, em parecer desfavorável.

Em relação ao oleoduto, entendo que é óbvio que ele deveria existir, deveria ser feito e devia fazer parte do projeto. Repare-se, que o aeroporto de Lisboa também não tem um oleoduto e devia tê-lo, há já muitos anos. Do ponto de vista político, tem cabimento que se faça essa referência, do ponto de vista estritamente técnico e dado que se trata de um parecer específico sobre este projeto, não é tão linear que se deva fazer referência a isso, porque se assim fosse, far-se-ia referência a uma série de outras questões que também estão em causa. A câmara tem que dar um parecer sobre este projeto mas, é claro que não está impedida de fazer referência àquilo que entenda que falta no projeto. Se entenderem que faz falta no projeto o oleoduto, então com certeza que sim, mas não deixo de chamar a atenção para que sendo o oleoduto uma solução muito mais segura do que o transporte rodoviário, também tem os seus riscos, para além de também ser necessário saber qual é o seu traçado. O oleoduto implica uma determinada área de servidão. Se ele vier a acontecer no território de Alcochete, também pode vir a ser uma dor de cabeça, porque tem riscos e põe em causa a segurança, porque pode haver ruturas. Também não pode ser construído na área de servidão dos furos, portanto não é uma solução tão linear como possa pensar-se. Em todo o caso, pessoalmente e do ponto de vista técnico, não vejo nenhum problema em que seja feita essa referência, embora vá um pouco além daquilo que é a competência específica da Câmara para este tipo de parecer”.

“Quanto à ferrovia, espero que venha a haver o bom senso de encontrar uma solução de ligação ferroviária. Ela não acontecerá garantidamente no corredor do antigo Ramal do Montijo. A inserção desse ramal na linha atualmente existente no Pinhal Novo é impossível com as características hoje exigíveis. Porém, há uma solução que é possível (e que não é assim tão complicada), que é fazer uma ligação do Barreiro à Base Aérea, (está logo ali, está junto ao aeroporto e permite usar a ligação do Barreiro ao Pinhal Novo). É verdade que o aeroporto serve outras regiões do país, serve todo o Alentejo, serve a Costa Vicentina, serve Évora e eventualmente até serve Beja (têm lá um aeroporto mas infelizmente está fechado, ou quase) mas, mesmo assim, 90% do tráfego do aeroporto dirige-se a Lisboa ou a norte de Lisboa e só 10% a sul. Uma ligação ferroviária do Aeroporto ao Barreiro é importante para quem se dirige a sul, mas o ideal é que uma nova ponte (de Lisboa) para o Barreiro venha a existir, pois permitirá ligar o Aeroporto a Lisboa. A ferrovia é possível e é desejável mas, tal como disse quanto ao oleoduto, não está objetivamente no âmbito deste projeto. Mas, se entenderem que do ponto de vista político deve haver uma referência, também não me parece nenhum disparate”.

“Também me preocupa o problema do nó referido pelo vereador Alfélua (acesso Ponte Vasco da Gama/acesso ao Aeroporto). Do meu ponto de vista, trata-se de um “nozinho”, quando deveria ser um nó com outras dimensões. Por exemplo, o ramo que permitirá a quem vem da A33 (Monte da Caparica), do IC 3 (Porto Alto) ou da A12 (Setúbal) e se dirige ao Aeroporto, tem uma curva “apertadíssima” (com um raio menor do que o da saída da Ponte Vasco da Gama para Alcochete que já é pequeno). Portanto, é um nó que não tem as características geométricas que devia ter, especialmente tendo em conta que estamos a falar de um projeto com um horizonte a 40 anos. A questão que colocou é correta. Se hoje, em determinadas horas, o acesso à ponte já não é tão fluído como era há uns anos, se juntarmos o tráfego que do aeroporto e se dirige a Lisboa, a situação fica muito mais complicada. É verdade que no projeto da Ponte Vasco da Gama, está prevista a possibilidade de passar a haver 4 vias em cada sentido. Se chegam 3 vias para quem vem da A33 e de Setúbal, uma quarta via que se inicie com a ligação ao aeroporto pode ajudar. Faz parte do contrato de concessão da Lusoponte fazer obrigatoriamente a ampliação para 4 vias quando se atingir determinado volume de tráfego. Mas, cuidado, porque quando isso acontecer, a velocidade máxima deixa de ser 120 (eventualmente passa a ser 100) porque as vias serão mais estreitas e a capacidade da ponte não aumenta proporcionalmente. Apesar disso, a 4ª via pode mitigar o problema. Uma nova ponte para o Barreiro, que inclua o modo rodoviário, que eu não acho prioritário, mas que provavelmente terá quando for feita, vai ajudar. Uma ligação Montijo-Barreiro permitirá um acesso direto a essa nova ponte e, portanto, todas estas questões podem vir a diluir-se no tempo, se e quando essas infraestruturas forem feitas ou melhoradas”.

O senhor presidente referiu:

“Há outra nota que não referiu e que me parece também pertinente que é o tal parágrafo que diz assim: “de modo a ultrapassar este constrangimento e ser garantido o abastecimento de água às populações, onde diz *será previsto* deverá estar *deverá ser previsto*”.

A questão do oleoduto parece-lhe, e concordando com aquilo que o Eng.º Vitor numa versão mais técnica referiu, qualquer uma das questões tem os seus riscos, mas provavelmente terá maior risco o transporte terreste, do que propriamente a questão de uma rutura, mas quer um caso, quer o outro tem naturalmente os seus riscos. Também não me choca acrescentarmos aqui a questão da construção de um oleoduto em percurso ou em troço digamos a definir. Também não quero, que por falta do oleoduto, o vereador se abstenha de votar favoravelmente”.

O senhor vereador Pedro Louro referiu:

“Enquanto autarca na Atalaia, em 2011, houve uma altura em que foram apresentadas várias menções ligadas à BA6 e já nessa altura, entendia que se deveria explorar a solução de Beja, antes de se pensar num segundo aeroporto ou num aeroporto complementar.

Para mim, fazia sentido fechar a Portela, porque vejo maior perigosidade dentro de Lisboa, dada a quantidade de aviões que ali sobrevoam o espaço aéreo.

Se me dizerem assim: vamos construir um novo aeroporto, porque vamos fechar dentro de dez anos o aeroporto de Lisboa ficando uma única infraestrutura aeroportuária a 50 Km de Lisboa, não o choca nada. Este tipo de solução existe em várias partes do mundo. Acontece é que quer os governantes, quer a ANA afirmam que a Portela é para se manter, atendendo inclusive aos investimentos que ali estão a ser feitos, não para a criação de mais voos, mas sim para proporcionar mais qualidade nas aterragens dos que chegam (que é o grande problema da Portela é não haver qualidade nas aterragens) porque se chega e se fica no meio, em Sacavém e depois vimos de autocarro para Lisboa e esse é que é ali o grande problema.

A questão do oleoduto (e o senhor presidente já acolheu) entende que faz todo o sentido; se a solução passar por rever o oleoduto existente na BA6 que está desativado e que chega por barco, se passa por ser ligado a Coina, se passa por ser donde vier. Entende todavia, que deve ficar no caderno reivindicativo e condicionar o nosso parecer favorável a existir um oleoduto, do que ter cinquenta camiões a passar no nosso território ou no território ao lado, mas pelo menos na Vasco da Gama.

A senhora vereadora Maria de Fátima Soares referiu:

«Para complemento do referido pelo vereador Pedro Louro, informo ter recebido (há pouco) a informação de que o Governo vai exigir que o Montijo seja abastecido pelo oleoduto, entendendo assim que se está no caminho certo em relação a este assunto.

Esta matéria é para mim muito difícil, até porque é difícil falar sobre este assunto porque eu não consigo ser tão positiva quanto algumas pessoas, quando falamos do tirar o maior proveito e etc.. E isto porque toda a gente sabe, nós vivemos, nascemos aqui, eu há 46 anos e é para mim muito difícil tentar perspetivar o que será isto daqui a dez anos. Não consigo encaixar muito bem, com aeroporto, com mais gente. Eu penso que é o preço da evolução é certo, mas não sei se também estamos preparados para este tipo de evolução. Obviamente e já foi aqui falado, aqui não está em cima da mesa o Campo de Tiro, é para esquecer, mas como referiu há pouco o vereador Pedro Louro, eu também já ia mais para a opção de Beja, acho que faria mais sentido porque já lá existe e que se construam os acessos, seja aquilo que for, mas que se explore o que já lá temos, porque também indo para o Campo de Tiro, nós aqui também íamos ter reflexo nesse sentido, como é óbvio. Acho que é preciso ter muita atenção à questão ambiental, porque nós estamos aqui, nós temos uma das reservas mais importantes e não podemos descuidar nessa matéria, porque o que acontecer hoje, irá refletir-se no futuro, nos nossos filhos e netos, portanto há que ter muita atenção a esse aspeto. Depois, é como diz o senhor presidente, já que não somos tidos nem achados nesta matéria como Câmara Municipal, não nos podemos pronunciar se somos a favor, se somos contra, ou seja, podemos pronunciar-nos, mas não ganhamos nem perdemos, portanto conta zero. Pelo menos, que fique salvaguardada a nossa posição enquanto pessoas, enquanto munícipes e parece que estamos aqui todos de acordo, (não seria entre os sete, dado que esta não seria a localização desejada por todos).

Vamos esmifrar ao máximo o que conseguirmos. Obviamente tudo aquilo que está aqui, apesar de ser muito e o necessário, penso que não vai chegar, tem que ser muito mais.

Passo ao aspeto do nível da educação e da saúde. Da saúde, o que nós temos aqui é muito básico no nosso concelho e no do Montijo, portanto é necessário mais.

A nível da educação já discutimos aqui várias vezes, as escolas estão sobrelotadas, não há condições. Tenta-se atabalhoar, crescer mais duas salas daqui, crescer mais uma dali, mas o crescimento que se perspetiva ter, não vai dar de maneira nenhuma, nem com o tal centro escolar que venha a albergar o pré ou secundário, portanto, tem que ser mais e mais e mais.

Todas as outras questões que não estão referidas no estudo, e o estudo é isso mesmo, é um estudo, não está aprofundado, até porque, não está decidida a vinda do aeroporto para o Montijo. Eu penso que após a tomada dessa decisão e para onde ele for, então, o estudo terá de ser um estudo profundo em todas as matérias. Até quem leu o próprio caderno, vê bem que há muitas matérias que não são abordadas ou que remetem para outros pareceres futuros. Portanto, salvaguardar aqui a questão ambiental, acho que é muito importante e nós por estarmos localizados onde estamos, temos esse dever. Tudo o resto é esperar e rezar para que o aeroporto vá para outro lado e que não venha para Alcochete, já que não está na nossa mão.»

O senhor vereador José Luís Alfélua referiu:

“Em relação à solução BA6, outra razão impeditiva da infraestrutura ali, prende-se com o facto de a instalação potenciar ainda mais o aeroporto da Portela, quando deveria ser o contrário, porque a ideia, seria ir saindo da Portela de forma faseada. De qualquer forma, a solução na Base Aérea n.º 6 é apenas para passageiros e não é para todos os aviões, estão limitados quanto a cargas. Nas cargas podia haver aqui algum desenvolvimento económico, nomeadamente através das plataformas logísticas, mas não havendo cargas na Base Aérea n.º 6, a potenciação desta atividade de logística é zero ou pouco mais.

Refiro, que até ao momento, o estudo na parte final, aponta que são mais os aspetos negativos que os positivos pela vinda do aeroporto para a Base Aérea n.º 6. Também a Direção Geral de Saúde ainda não deu qualquer parecer sobre os impactos sobre a saúde, apenas falou sobre os equipamentos e pouco mais. Também a proteção civil, (aliás também foi confirmado no Fórum Cultural), foi questionada e ainda não se pronunciou sobre isto (e quando é que esta se pronunciará?), a câmara já o está a fazer dizendo que sim ou que não, quando há entidades que não deram parecer e que são importantes conhecer.”

O senhor vereador Pedro Louro lembrou que em relação à proteção civil, no Fórum, foi dito que é uma equipa multidisciplinar com pessoas ligadas a esta entidade.

Face ao esclarecimento, o vereador José Luís Alfélua, questionou se a equipa multidisciplinar não teria também que emitir parecer?

O senhor presidente referiu:

“Considero a discussão tida até ao momento como saudável porque têm tido aqui uma atitude digna da população que representam; cada um tem naturalmente a sua opinião, a democracia é isto mesmo e é bom haver esta multiplicidade de opiniões.

O que hoje os trouxe aqui, é a necessidade de votar este parecer, que tem que ser remetido de imediato para a entidade que o solicitou e posteriormente enviaremos, para a senhora vice-presidente a para os senhores vereadores o respetivo parecer com a inclusão do oleoduto num troço a definir.

Recordo-vos uma vez mais, que aquilo que estamos a votar é apenas o que nos foi dado a conhecer, este projeto e as respetivas acessibilidades. Gostaria que fossem mais além do que aquilo que a vossa ideologia nesta matéria vos aconselha. Estamos a votar uma coisa específica, este é um parecer específico e temos três soluções. A proposta é votar favoravelmente condicionado. Se não forem cumpridos estes pressupostos que alegamos até como erros e omissões e indo um pouco mais longe, com os reforços no âmbito da saúde, da educação, da segurança, etc, o nosso parecer é desfavorável, portanto, o parecer favorável condicionado é isto mesmo. Temos estas três alternativas, parecer favorável, parecer desfavorável ou parecer favorável condicionado.

A nossa proposta ou a minha proposta, enquanto presidente da Câmara é em função do parecer que aqui está, que ele seja apresentado de forma favorável condicionado e essa é naturalmente a proposta que consta no ponto único.

Recordo que vamos acrescentar só em nota de rodapé, no parágrafo que diz assim: “de modo a ultrapassar este constrangimento e ser garantido o abastecimento de água às populações”, deve acrescentar-se “deverá ser previsto, tal e tal, conforme consta aí” e a inclusão da construção do oleoduto em troço a definir.

A proposta final, vou repetir aqui, após a análise efetuada, considerarmos que o projeto do aeroporto do Montijo e respetivos acessos se apresenta na generalidade adequado, salvaguardando que devem ser assegurados os pressupostos acima referenciados, bem como, os inerentes à segurança aeronáutica e ao estudo de impacte ambiental em apreço, com especial atenção nas questões relativas às rotas migratórias das aves. Todavia e em face das incorreções e omissões que identificamos e sem prejuízo da exigência das medidas de compensação já revindicadas em sede própria, a Câmara Municipal de Alcochete emite parecer favorável condicionado à introdução das correções relativas às questões acima referenciadas.»

Submetida à votação, a Câmara deliberou aprovar a proposta por maioria, com 4 votos a favor (2 do PS, 1 do PSD e 1 do CDS-PP) e 2 votos contra da CDU, bem como anexar o Parecer como **Doc. 1**.

O senhor vereador Vasco André Marques Pinto fez a seguinte declaração de voto em nome do CDS-PP:

«Ponto único – AIA n.º 3280 – Aeroporto do Montijo e respetivas acessibilidades – Parecer específico da Câmara Municipal de Alcochete.

A construção de um aeroporto, seja qual for a localização e solução encontrada, apresentará sempre efeitos positivos e negativos para os territórios onde se instalam. Este facto é inegável, é testado no EIA – Estudo de Impacto Ambiental – que assume impactes negativos associados à perturbação pelo ruído decorrente do atravessamento de aeronaves, com especial enfoque nos territórios de Barreiro e Moita e impactes “moderadamente significativos” para a avifauna.

Ao nível económico são inegáveis os impactes positivos que tal infraestrutura terá para a região e para Portugal. Uma infraestrutura como um aeroporto trará ao território a necessidade de relocalização e distribuição de várias atividades, nomeadamente ao nível do imobiliário, do turismo e da logística. Associado a todo este desenvolvimento está a criação de emprego e infraestruturas rodoviárias e como se exige, melhores condições de acesso a cuidados de saúde e educação.

Como munícipe, assumo, gostaria que fosse encontrada uma outra solução, com maior longevidade, que provocasse menor impacte na avifauna e essencialmente na qualidade de vida das populações, independentemente do concelho onde residem.

Contudo, a decisão da futura localização do novo Aeroporto de Lisboa, não está nas minhas mãos, nem no âmbito das minhas funções políticas.

Assim, considerando o que está em discussão e posto à deliberação – Parecer sobre o processo de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA), referente ao projeto Aeroporto do Montijo e respetivas acessibilidades – considero que o que está sob a esfera da decisão do Município é exigir que o Governo assegure: a instalação de sistema de abastecimento do aeroporto através de oleoduto; reforço dos meios de saúde; dos meios de segurança; melhoramento na rede de abastecimento de água para consumo, reforço dos meios de socorro, melhores meios de educação, melhores meios de transporte e mobilidade, mas também redução máxima dos impactes na avifauna que tanto valoriza o nosso território.

Pelo exposto, voto favoravelmente ao documento em apreciação.»

O senhor vereador Estêvão António das Neves Boieiro fez a seguinte declaração de voto em nome da CDU:

«Sobre o Estudo de impacte ambiental do Aeroporto de Montijo e respetivas acessibilidades.

Encontra-se em consulta pública até ao próximo dia 20 de setembro de 2019, o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) do Aeroporto de Montijo e respetivas acessibilidades.

O documento em apreciação no âmbito da consulta pública, identifica um conjunto de problemas já denunciados e reconhece os enormes riscos para a qualidade de vida e para a saúde das populações contíguas a esta estrutura, dado se localizarem no cone de aterragem e descolagem das aeronaves.

Simultaneamente, reconhece os impactos fortemente negativos para ao ambiente, para o *habitat* natural do Estuário do Tejo e para os riscos de navegação aérea e da segurança.

No âmbito da discussão pública do EIA, verifica-se que este não dá respostas tecnicamente fundamentadas a muitas situações, abordando de forma simplista muitas das questões ambientais, conforme ficou patente na Sessão Pública de Esclarecimento, no Fórum Cultural de Alcochete, no passado dia 5 de setembro de 2019.

Em momento algum é feita uma avaliação técnica para uma solução de construção faseada do Novo Aeroporto de Lisboa (NAL), no Campo de Tiro de Alcochete (CTA).

O tempo de vida útil da solução BA6 não excederá o ano de 2030/35, pelo que esta solução comprometerá o futuro e o desenvolvimento do país nas próximas gerações.

A construção do NAL no CTA pode ser feito de uma forma faseada, sendo que a primeira fase seria a construção de uma infraestrutura com capacidade idêntica à do Aeroporto do Montijo, com a vantagem de poder ir sendo ampliada, com uma única pista que permita a utilização por todos os aviões e não somente por aviões de classe C, como é no Aeroporto do Montijo, sem a necessidade de ampliar em 300 metros em área de sapal. O investimento na 1.ª fase seria idêntico ao investimento para a construção do Aeroporto no Montijo.

A localização do aeroporto no CTA permitia ainda a ligação ao oleoduto que liga Sines a Aveiras e uma interligação com outros meios de transporte, nomeadamente a ligação ferroviária, absolutamente estratégica para o desenvolvimento da região e do país, aspetos que na opção pelo Aeroporto do Montijo, ficam totalmente condicionados.

A insistência na solução pela Base Aérea do Montijo só é explicável pela cedência do governo do PS à chantagem e interesses da multinacional Vinci, concedendo-lhe a prerrogativa de, em vez de construir o NAL na zona do CTA a que estaria obrigada com os lucros arrecadados desde a privatização da ANA, se libertar dessa responsabilidade com a construção de um “apeadeiro”, beneficiando ainda de novos direitos de cedência no atual aeroporto da Portela.

Face ao exposto os vereadores da CDU, na reunião extraordinária de 10 de setembro de 2019, votaram contra o parecer específico da CMA sobre o Aeroporto do Montijo e respetivas acessibilidades, pelas insuficiências verificadas em muitas das questões mais prementes apresentadas no EIA e por defenderem a construção do NAL no CTA, de forma faseada.»

Mais foi deliberado aprovar a presente ata em minuta, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

## ENCERRAMENTO

E nada mais havendo a tratar, pelas 19:20 horas, o senhor presidente declarou encerrada a reunião, da qual para constar, se lavrou a presente ata que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, coordenadora técnica, subscrevo e assino.